

Presidente da Câmara de Coimbra ameaça cortar A1 e linha do Norte para IP3 ser autoestrada

written by 0 Cidadão | 14 de Outubro, 2023



*“Infelizmente, os autarcas desta região ainda não se motivaram suficientemente – e por isso têm responsabilidades naquilo que se passa – para aceitar o desafio da Câmara Municipal de Coimbra, que é juntarmo-nos todos e sermos consequentes nas nossas ações reivindicativas, **cortando o trânsito na linha [ferroviária] do Norte e na autoestrada A1**”, disse à agência Lusa José Manuel Silva.*

“Porque aí sim, aí faz-se sentir a verdadeira ação, intervenção e empenho dos autarcas da região”, acrescentou.

Em declarações prestadas no IP3, no final da chamada '**descida do Botão**', local que não hesitou em classificar de "**perigoso**", **José Manuel Silva** observou que, na questão rodoviária, a engenharia "**tem soluções para tudo**".



José Manuel Silva,
Presidente da Câmara
Municipal de Coimbra que
passar da retórica à ação

"É é uma questão de financiamento, porque é claro que os custos [de construir uma autoestrada] não são os mesmos. Mas o IP3 e esta região (...) merecem esse investimento", considerou.

O autarca defendeu o **prolongamento até ao IP3 da autoestrada do Pinhal Interior (A13)**, que faz a ligação entre a A23, no Entroncamento, passando por Tomar, até à zona de Ceira, a sudeste de Coimbra, e que liga à A1 em Condeixa-a-Nova, e também o **prolongamento da A14 Figueira da Foz – Coimbra até Viseu**, incorporando o atual troço de 75 quilómetros (km) do IP3, que seria, assim, transformado "em verdadeira autoestrada".

Questionado sobre a intenção, manifestada à Lusa, do presidente da Câmara de Viseu e da comunidade intermunicipal (CIM) Viseu Dão-Lafões, **Fernando Ruas**, em reunir com a sua congénere da Região de Coimbra para tomarem uma posição conjunta sobre o IP3, José Manuel Silva avisou que "*a retórica nada resolve*".

“É perder tempo. Se é só para retórica, não contem com a nossa presença (...). Se for para definir ações concretas de reivindicação forte, ações de força, para exigir respeito para com esta região, então contem comigo na primeira linha”, venceu.

Já **Fernando Ruas** mantém a esperança de que **“finalmente”** o IP3 possa ser *“devidamente requalificado”*.

“E devidamente requalificado são quatro vias a unir as duas principais cidades do interior”, declarou.

O autarca de Viseu recordou o **historial das promessas de obras no IP3 nas últimas duas décadas**, destacando o sucedido em 2008, quando o então primeiro-ministro José Sócrates anunciou a criação de uma autoestrada, com direito a placa a assinalar a data, aposta na Câmara Municipal de Mortágua, onde se mantém, **sem que o projeto tenha avançado**.

Sobre a intervenção agora programada para o IP3, a decorrer até 2027, com o início das obras em 2024 no troço entre Santa Comba Dão e Viseu, mas maioritariamente (20 dos quase 28 km) no concelho de Tondela, **Fernando Ruas discordou do troço escolhido para fazer a duplicação inaugural**.

“Ocorre exatamente num troço que é aquele que tem menos problemas (...). Eu quero a obra, só que quem tem responsabilidades políticas tem de definir prioridades. Era muito mais importante e mais prioritário onde há estrangulamentos, que é na zona de Penacova”, argumentou.

Em Penacova – município que, juntamente com Coimbra, recebeu em 1991 o primeiro troço, com 24 km de extensão – o presidente da Câmara lembrou que o IP3, quando foi construído, *“já nasceu torto”,* com *“altos níveis de sinistralidade, quase desde o minuto zero, o que levou a que houvesse muita contestação em relação ao seu traçado e à forma como ele foi desenhado”*.

O crescente número de acidentes graves, nomeadamente com

colisões frontais, levou à colocação, a partir do final da década de 1990, de um separador central em betão, em toda a extensão do troço que atravessa o concelho de Penacova.

“Diminuiu muito a sinistralidade neste troço, sobretudo aqui na zona de Penacova, mas é uma adaptação que se tornou quase definitiva. Ou seja, temos um traçado mais estreito em algumas zonas, o que dificulta o trânsito, sobretudo nas ultrapassagens entre pesados e ligeiros”, observou Álvaro Coimbra.

Para o autarca, **o maior problema do IP3** tem sido a *“derrapagem nos prazos”* de obra: *“O Governo tem anunciado, nos últimos anos, uma intervenção para duplicação de 85% do traçado entre Coimbra e Viseu, mas esse calendário tem vindo a ser sucessivamente atrasado. Isso não se compadece com a realidade do país hoje em dia, falamos de milhões e milhões de fundos comunitários, com muitas autoestradas sobretudo no litoral, e temos duas capitais de distrito, Coimbra e Viseu, que deviam, desde há muito tempo, ter uma ligação de autoestrada. E não têm”,* lamentou.

Quem também defendeu **a criação de uma autoestrada** foi o presidente do município de **Santa Comba Dão, Leonel Gouveia**, que argumentou que *“não faz sentido”* existirem vias com aquelas características entre Coimbra e a Figueira da Foz (a A14) e outra de Viseu para norte, por Vila Real, até à fronteira de Vila Verde da Raia (A24), *“e as duas cidades daqui da Beira não têm uma ligação com perfil de autoestrada”*.

“É uma lacuna de há muitos anos, que vem a ser sucessivamente adiada pelos vários governos, mas eu acho que é imperioso que ela [a obra] se conclua rapidamente”, advogou Leonel Gouveia.

Por outro lado, o autarca quer que sejam resolvidos **“rapidamente”** os constrangimentos existentes no troço que vai *“do sul de Santa Comba Dão até à passagem pelo concelho de Penacova”,* uma das zonas mais sinuosas do traçado do IP3, onde

chega a existir, no sentido Coimbra-Viseu, uma zona em que se circula pela berma, junto a um separador de betão.

Depois, há ainda as questões relacionadas com o trânsito local, que em algumas zonas do distrito de Viseu se confunde com o próprio IP3, nomeadamente onde o **Itinerário Principal foi construído utilizando partes da Estrada Nacional 2.**

“Hoje, em Santa Comba Dão, este troço sobre o qual estamos a falar, não é IP3, é de trânsito local também, o que condiciona naturalmente a circulação. É necessário, rapidamente, lançar os segundos concursos, para que esta obra se concretize na sua plenitude”, frisou Leonel Gouveia.

O Cidadão/Lusa